

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**REQUERIMENTO Nº , DE 2022
(Do Sr. Alexandre Padilha)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater e discutir a cobertura vacinal no Brasil e o papel do Governo brasileiro.

O Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública para a cobertura vacinal no Brasil e o papel do Governo brasileiro.

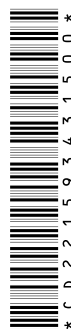
Para a audiência sugerimos os seguintes convidados:

1. Ministério da Saúde;
2. Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde – CONASS;
3. Conselho Nacional de Saúde;
4. Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm);
5. Associação Brasileira de Saúde Coletiva;
6. Organização PanAmericana de Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações é um dos patrimônios do povo brasileiro que vem sendo atacado diariamente pelo Governo Bolsonaro e movimentos negacionistas.

A cobertura das principais vacinas do país está reduzindo, como aponta o Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz:



“Aliadas na prevenção de adoecimentos e mortes, as vacinas têm a missão de proteger o corpo humano: elas 'ensinam' o sistema imunológico a combater vírus e bactérias que desafiam a saúde pública.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal da população vem despencando, chegando em 2021 com menos de 59% dos cidadãos imunizados. Em 2020, o índice era de 67% e em 2019, de 73%. O patamar preconizado pelo Ministério da Saúde é de 95%.

Poliomielite e sarampo no centro das atenções

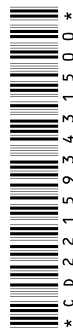
Até meados de 1980, a poliomielite causava paralisia em quase 100 crianças por dia no planeta, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Somente no Brasil, foram registrados quase 27 mil casos da doença entre 1968 e 1989, ano da última notificação no país. Em 1994, as Américas receberam o certificado de eliminação da doença.

Porém, há alguns anos o Ministério da Saúde brasileiro vem alertando para um possível retorno da doença por conta dos baixos índices de vacinação. Em 2021, menos de 70% do público alvo estava com as doses em dia, frente aos mais de 98% em 2015.

Com o sarampo a história não é diferente. Enquanto de 1990 a 2000, o Brasil registrava mais de 177 mil casos, campanhas de vacinação levaram o país a receber o certificado de eliminação da doença em 2016.

No entanto, em 2019, o país perdeu o



reconhecimento após não conseguir controlar um surto iniciado no Norte, em 2018, que se espalhou para os demais estados.

Óbitos por febre amarela e gripe

Prevenível por meio de vacinação desde o final da década de 1930, a febre amarela vitimou milhares de brasileiros nos últimos anos, com centenas de óbitos.

Devido à baixa cobertura vacinal, o país contabilizou somente entre 2016 e 2018 mais casos do que em 55 anos de história: foram 1.150 casos e 407 mortes de 1960 a 2015, contra 2000 notificações e 670 óbitos de 2016 a meados de 2018.

Em relação à gripe a situação é a mesma. Mesmo com campanhas anuais de vacinação, muitas pessoas não têm comparecido aos postos de saúde para receber o imunizante. O resultado, mais uma vez, é o aumento de casos e mortes. A gripe levou à óbito mais de 1.700 brasileiros somente nos primeiros dois meses de 2022.

Sobre a vacinação no SUS

A população brasileira tem acesso gratuito a todas as vacinas recomendadas pela OMS - incluindo imunizantes direcionados a crianças, adolescentes, adultos e idosos. Ao todo, são mais de 20 vacinas com recomendações e orientações específicas para crianças, adolescentes, adultos, gestantes, idosos e indígenas. Recentemente, o país incluiu em seu calendário a imunização contra a Covid-19.

Há quase três décadas, a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do



Adolescente, torna obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

E, de acordo com o decreto nº 78.231, de 1976, é dever de todo cidadão submeter-se e os menores dos quais tenha a guarda ou responsabilidade, às vacinações obrigatórias definidas pelo calendário nacional de imunizações.”

Destarte, se faz imperioso que as discussões sobre a cobertura vacinal em nosso país, bem como as ações executadas pelo Governo Federal para a validação deste direito à população brasileira, sejam pauta desta Comissão de Seguridade Social e Família, para que o Legislativo possa acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas e contribua com este tema tão relevante..

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2022

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP

